

AS TEMPORALIDADES DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: uma análise sobre mobilização popular e a luta pela floresta nas várzeas de breves, Ilha do Marajó, Pará

Andrei Cornetta

Palavras-chave: Amazônia; território; ribeirinhos.

Resumo expandido

Este artigo tem por objetivo discutir e analisar questões referentes aos direitos territoriais de populações ribeirinhas amazônicas no que diz respeito a novos usos e significados atribuídos às florestas de várzea, particularmente àquelas banhadas pelo rio Mapuá, município de Breves, ilha do Marajó, estado do Pará. Discute-se sobre distintas percepções de três grupos sobre o mesmo ambiente e as disputas em jogo que surgem das relações entre comunidades camponesas ribeirinhas, o Estado e suas políticas territoriais e uma empresa privada de negócios ambientais que desenvolve atividade vinculada ao mercado internacional de créditos de carbono.

Com uma abordagem crítica, o trabalho busca analisar as coexistências e antagonismos nas relações que se estabelecem entre as atividades regulares de comunidades rurais – seus usos econômicos e formas de convivência com a floresta –, e a introdução de projetos de compensação de gases efeito estufa, especificamente os denominados REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). A partir de uma situação de conflito envolvendo a referida empresa e comunidades ribeirinhas, cujos desdobramentos resultaram no comprometimento dos direitos territoriais das comunidades, estas passam a se organizar e lutar por seus direitos enquanto populações tradicionais agro-extrativistas.

Após cinco anos de mobilização, as comunidades conseguiram a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX), um modelo de Unidade de Conservação, proposto originalmente pelos seringueiros do Acre, que ficou conhecido pela luta protagonizada por Chico Mendes, entre os anos 1970 e 80. Trata-se de um modelo de reforma agrária, em que a propriedade coletiva da terra é privilegiada em detrimento do habitual individualismo.

Nesse sentido, o presente trabalho questiona as relações entre negócios ambientais vinculados às mudanças do clima e comunidades marajoaras, especificamente aquelas que habitam as

margens do rio Mapuá no município de Breves. Além dos novos negócios e usos da floresta que surgem no contexto das mudanças climáticas, analisam-se as atuais políticas fundiárias aplicadas às várzeas do Marajó, em que ambas as ações trazem desdobramentos significativos para as famílias que sobrevivem dos recursos das águas, várzeas e florestas.

Busca-se, assim, entender e discutir as coexistências e antagonismos nas relações que se estabelecem entre três grupos analisados e que estão envolvidos diretamente com as questões acima: 1) camponeses ribeirinhos, detalhadamente as famílias da comunidade Bom Jesus, localizada às margens do rio Mapuá, município de Breves; 2) Ecomapuá, empresa de negócios ambientais que possui uma área particular de 92 mil hectares que se sobrepõe ao território da referida comunidade, onde a empresa desenvolve parte de seu projeto de REDD+; 3) Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que detém a dominialidade das áreas de várzea consideradas terras públicas.

A partir dos referidos grupos, discute-se as disputas em jogo, os distintos significados atribuídos à floresta de várzea e conflitos territoriais entorno dos recursos de um ambiente afeiçoado, a não menos de um século, pelas populações amazônicas varzeiras.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as várzeas do Mapuá e seus recursos (uma espécie de microcosmo da história econômica da Amazônia) vêm sendo alvo de intensas disputas e interesses desde a guerra luso-holandesa no século XVII, passando pelo ciclo da borracha que abarcou esta região no final do século XIX, a exploração madeireira que atravessa o século XX até os dias de hoje com os interesses diversos sobre a floresta de várzea.

Há pouco mais de uma década, uma nova dinâmica passa a influenciar de maneira significativa o cotidiano das diversas comunidades ribeirinhas que vivem no Mapuá, particularmente com a chegada de referida empresa de negócios ambientais. A partir deste momento, a direção da empresa passa a reivindicar os legais direitos de uma área ocupada por comunidades ribeirinhas. Tal fato acarretou em uma série de conflitos com as comunidades, sobretudo por afetar as práticas habituais dos camponeses ribeirinhos, ao proibir o corte da madeira, a caça e as pequenas queimadas para seus cultivos de subsistência. Com a chegada da empresa e as decorrentes restrições impostas, houve um processo de mobilização popular das comunidades, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), que se uniram para lutar pelos seus direitos territoriais. Como mencionado anteriormente, o resultado daquela mobilização, iniciada no ano de 2000, culminou na criação de uma Reserva Extrativista, que abrange grande parte da área adquirida pela empresa. Mesmo com as mudanças significativas em relação aos

conflitos por terra e pelas florestas do Mapuá, as disputas pelos recursos das várzeas permanecem.

Para substanciar teoricamente o presente artigo, propõe-se uma leitura sobre o conceito de território e suas derivações “territorialidade” e “desterritorialidade” como processos fundamentais para se entender as dinâmicas das comunidades do Mapuá, sobretudo os processos de mobilização e luta social. Diversos estudos que tratam da questão (Ianni, 1992; Santos, 2002; Andrade, 2002; Hasbaert, 2002; et al.) – cada qual com suas particularidades metodológicas –, indicam um aspecto comum sobre a constante transformação dos territórios, isto é, considera-se os processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização como intrínsecos ao território.

Embora possam parecer diferentes momentos, como indicado pelas suas nomenclaturas, trata-se de fenômenos concomitantes, simultâneos – e não de um processo cronológico ou linear. Em uma leitura dialética proposta por Manoel Corrêa de Andrade sobre a formação territorial do Brasil, “a expansão do território, ao mesmo tempo em que se promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita” (Andrade, 2002: 214).

Em sua concepção mais corrente, “território” designa uma extensão de terra que depende de determinado poder, como uma jurisdição, uma província, uma cidade, um império. Entretanto, como Milton Santos argumenta “vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (Santos, 2002: 15). O autor segue afirmando que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele um objeto da análise social” (Idem). Assim, é a partir desta perspectiva, a do uso social do território, que este artigo propõe analisar as maneiras pelas quais o referido projeto de REDD+ influenciou as dinâmicas socioambientais intrínsecas ao território ribeirinho.

Contudo, entende-se “território” enquanto espaço de reprodução social, da existência de uma sociedade ou determinado grupo que se constitui a partir de um contrato social consolidado entre seus membros. Sua definição, ou delimitação, é designada pelas relações de apropriação e domínio sobre determinada porção espacial submetida a um conjunto de princípios que norteiam as reciprocidades sociais, inclusive as que definem os usos da terra e o decorrente regime de propriedade.

Em concordância com essa abordagem, discute-se a referida categoria geográfica como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Entretanto, relações de poder que extrapolam o controle político estruturado, podendo ser entendido, também, a partir de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e afetiva. Assim, para melhor analisar os processos históricos constitutivos desses territórios, afeiçãoado por populações insulares e varzeiras é de extrema importância que se compreenda as distintas percepções e ações que se sobrepõe nas várzeas do rio Mapuá.

Para uma reflexão crítica a respeito das relações sociedade natureza, os trabalhos de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006; 2011), Arturo Escobar (1995) e Richard Peet (2011), são de extrema importância para análise dos aspectos relacionados à incorporação das atividades compensatórias de gases de efeito estufa e suas decorrências no modo de vida das comunidades ribeirinhas do Mapuá.

A partir deste quadro teórico, discute-se os processos de conflitos territoriais, as distintas maneiras em que os diferentes grupos se apropriam e percebem o ambiente da várzea, assim como as estratégias políticas dos camponeses ribeirinhos em gerirem seu próprio território, enquanto sujeitos da própria história.

Foram muitos os embates envolvendo os territórios dessas populações. Atualmente, a partir de um processo de mobilização, as comunidades do Mapuá têm atingindo certo grau de autonomia, sobretudo no que diz respeito à autogestão de seus territórios. Trata-se de uma experiência de luta popular, cujo potencial de ser reaplicado em outras localidades da Amazônia, pode ser extremamente interessante no que diz respeito à conquista de direitos territoriais para os diversos grupos de populações tradicionais amazônidas.